

57.

Sequência arquitectónica do Castelo de Aljustrel

JUAN AURELIO PÉREZ MACÍAS, ARTUR MARTINS E JOSEFA LAGARES RIVERO



Resumo

Neste trabalho apresentamos alguns dos resultados das campanhas de escavação levadas a cabo no Castelo de Aljustrel (Portugal) entre 2007 e 2010 através do Projeto Vipasca. Estudaram-se as Unidades Construtivas documentadas e as suas relações estratigráficas para definir os episódios construtivos, a sua cronologia, e as reformas urbanísticas ocorridas na estrutura de povoado. O povoado vem referido nas fontes árabes desde inícios do séc. X, no período de conflitos dos levantamentos muladíes ocorridos no sudoeste do al-Andalus. Até agora apenas reconhecemos três fases de ocupação, uma inicial da Idade do Cobre, sem construções associadas, um povoado fortificado com muralha de taipa de época almóada, e uma pequena fortificação da Ordem de Santiago sobre parte das estruturas islâmicas.

Palavras chave: Al-Andalus, Sudoeste da Península ibérica, Povoado fortificado, Arquitectura.

Abstract

This paper presents the results of archaeological campaigns carried out by the Vipasca Project at the Aljustrel Castle (Portugal) between 2007 and 2010. We've studied the existing construction units and their stratigraphic relations to define the constructive stages, their chronology, and the reorganization in the structure of the urban settlement. The village is mentioned in Arabic sources since the beginning of the Xth century, since the muladíes conflicts that occurred in the southwest of al-Andalus. So far only three phases of occupation have been recognized, an initial one from the Copper Age without structures associated, an Almohad fortified settlement with earth walls, and a Santiago Military Order small fortification built over part of the Islamic structures.

Keywords: Al-Andalus; Southwest Iberian Peninsula; Architecture.

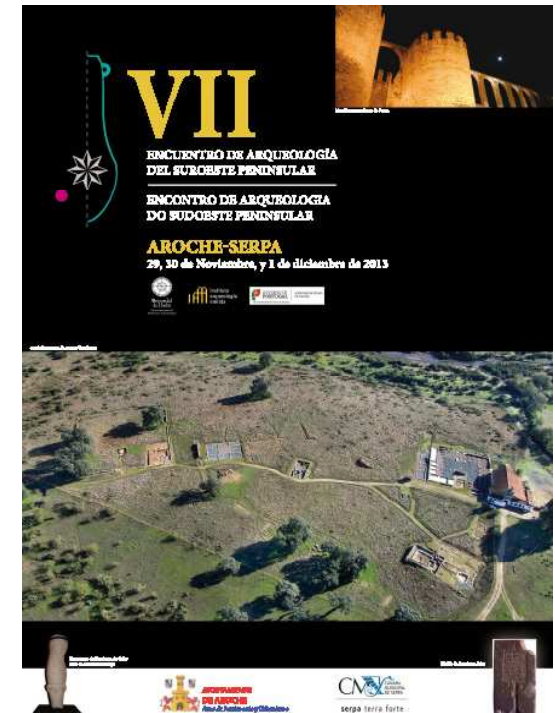




Fig. 1 – Localização dos diversos sítios arqueológicos de Aljustrel: 1, Cerro de Mangancha; 2, Castelo; 3, Casa do Procurador; y 4, Feitais/Azinhal

As massas de sulfuretos polimetálicos de Aljustrel, que constituem uma das principais minas da Faixa Piritosa, foram intensamente exploradas em época romana e o povoado mineiro, que na documentação epigráfica aparece como *vicus metallum vispascensis* (Domergue 1983), estendia-se de um a outro lado do Morro de Algares, onde se encontra a mineralização mais trabalhada na Antiguidade (Pérez, Martins, Bustamante e Lagares 2012). Quando no séc. XIII o nome de Aljustrel aparece em crónicas da conquista portuguesa e na carta de doação destas terras à Ordem de Santiago pela monarquia portuguesa (Branco Correia 1992), nenhuma relação parece existir entre o topónimo *Vipasca* e a nova denominação de Aljustrel. Isto indicia que entre um e outro período ocorreu uma rutura demográfica que fez desaparecer o antigo nome romano durante a Idade Média. Isto está parcialmente correto, uma vez que a mineração durante a idade Média não irá desempenhar o mesmo papel que teve em época romana. É possível, inclusivamente, que a mineração não tenha sido abandonada por completo ou que, pelo menos, tenha favorecido um certo tipo de povoamento, mas as novas coordenadas fariam do local um ponto estratégico nos caminhos do Garb al-Andalus, no trajeto que unia o importante porto fluvial de Mértola aos estuários do Tejo e Sado. Esta vantagem está patente na fixação da população que, abandonando *Vipasca*, se vai estabelecer num cerro de vertentes pronunciadas e com um amplo controlo visual, o Morro de Nossa Senhora do Castelo, cuja amplitude visual abarca desde a área de Beja até Messejana, dois sítios fortificados com quem podia comunicar. (Fig. 1).

O CASTELO DE ALJUSTREL NAS FONTES DOCUMENTAIS.

As citações a Aljustrel na Idade Média possuem dois pontos de referência importantes, o núcleo fortificado islâmico de Nossa Senhora do Castelo e a sua conquista pelas tropas cristãs.

Identificou-se Aljustrel com o castelo de *al-Baštril*, mencionado nas fontes árabes durante o período das revoltas muladíes contra o centralismo e a política fiscal da dinastia Omeida (Acién Almansa 1994). A referência de Ibn Hayyān à ocupação deste lugar pelo *muladíe* al-Sarunbaqui (Viguera e Corriente 1981: 88-89), no momento em que, como aliado de Ibn Malik de Beja, guerreava contra Yahya B. Bakr

de Faro (913 d.C.), seria o primeiro dado conhecido da ocupação medieval deste local (Branco Correia 1992: nota 18; Macias 1992: 161-164).

A crónica dos acontecimentos em que o Castelo de Aljustrel é mencionado, está relacionada com o clima de insegurança gerado no ocidente do Al-Andalus pelos senhores de Badajoz, Beja e Faro e como consequência da entrada no reinado de Ordoño II, em território muçulmano, das tropas asturo-galegas que tomaram *Yabura* (Évora). Em Agosto de 913, este rei Asturiano dirigiu-se a Évora com um exército de 30000 homens, segundo as fontes árabes, com cavaleiros, infantaria e arqueiros. As muralhas da cidade apresentavam um tal estado de abandono que a conquista da cidade não foi difícil, apenas tendo fugido para Beja, alguns senhores a coberto da noite. Cerca de 700 habitantes morreram e 4000 foram feitos cativos, tendo Ordoño II regressado a casa com o saque. A facilidade com que Évora caiu, bem como a rápida chegada e partida das tropas cristãs, instalou o pânico em muitas cidades, tendo como consequência imediata a construção e reparação das muralhas das cidades e outras fortificações.

Mas'ud b. Sa'dūn as-Surunbāqī participou como aliado do senhor de *Bāya* (Beja), Sa'id b. Mālik, nos seus confrontos com o senhor de *Ukšūnuba* (Faro), Yahya b. Bakr. Sa'id b. Mālik aproveitou o estado de insegurança e rebelião para tomar o poder após o abandono da cidade pela população árabe. Mas'ud b. Sa'dūn as-Surunbāqī ocupava então uma fortaleza próxima de Santarém e foi chamado por Sa'id b. Mālik como aliado, concedendo-lhe Aljustrel para aí se estabelecer com a sua gente. A partir deste local defendeu toda a comarca e fez frente a Yahya b. Bakr e aos seus partidários. A sua boa administração provocou receios nos senhores de Beja y Faro, que acordaram em montar-lhe uma cilada para o prender. A pedido do filho do senhor de Beja, expulsaram-no de Aljustrel mas deixaram-no livre e perdoaram-lhe a pena de morte.

Dirigiu-se então para Aroche, onde foi acolhido por Bakr b. Maslama, seu compadre pelo casamento de um filho deste com a sua filha. Mas, a nostalgia do seu lugar de origem fê-lo marchar de imediato para *Qasr Ibn Adānis* (Alcácer do Sal), pedindo então ajuda ao senhor de Badajoz, invocando os laços de aliança entre as suas famílias. A família de Mas'ud b. Sa'dūn as-Surunbāqī mantinha uma velha amizade com os rebeldes de Badajoz, desde a altura das primeiras rebeliões, nas quais o seu

avô foi um apoio fiel de Ibn Marwan al-ÿillīqī.

Em Badajoz o marwaní 'Abdallāh b. Muhammad al-ÿillīqī reforçou a antiga alcáçova, que era de taipa e adobes. Pela proximidade de Évora e perante o receio de que após o seu abandono pudesse ser utilizada pelos berberes dos arredores, al-ÿillīqī mandou derrubar completamente a sua muralha no ano de 914. A cidade voltaria a ser ocupada em 915, quando al-ÿillīqī reconstruiu as suas muralhas e a entregou a Mas'ud b. Sa'dūn as-Surunbāqī. Foi devido às suas boas relações que cedeu a cidade de Évora para que fosse repovoada. A boa administração que realizou em Aljustrel trouxe-lhe clientelas nas zonas de Beja e Faro, tendo reunido cerca de 50 homens que marcharam com ele para Évora. A sua fama também fez com que muitos dos habitantes dos arredores se viessem estabelecer na cidade, conseguindo assim o seu repovoamento.

Para C. Picard a referência a Aljustrel nestes relatos de revoltas dos *muwalladūm* podem interpretar-se como sendo a clientela de al-Surunbaqī que se fortifica e fortalece em Aljustrel (Picard 2000: 172), a exemplo de outros nobres muladíes e berberes que dominam os povoados menores que no eram capital de distrito como Beja e Faro, caso de Bakr b. Maslama em Aroche, os Banū Adānis em Alcácer do Sal, os Banū Zadlafa em Ourique, etc. É sugestiva a ideia de que esta família muladie, que participou no jogo de alianças dos grandes senhores da região, seja a fundadora da povoação islâmica de Aljustrel, no entanto, o relato da crónica é tão breve que é arriscado avançar uma conclusão deste tipo, ou mesmo que a fortificação lhe pertencesse, que não vem especificado na crónica, referindo apenas que lhe foi cedida para sua pousada. Ou seja, uma vez que não era desta região, era proveniente do território entre Santarém e Coimbra, foi uma estadia temporária que nem sequer durou muito tempo, apenas até lhe ter sido cedida Évora para se realojar, como vem referido nos textos. Considerar em Aljustrel uma situação de senhorio e revolta por parte dos Surunbaqī não tem, por agora, comprovativo documental. A sua deslocação para esta região pode estar relacionada com a pressão imposta pelas conquistas cristãs na região de Porto e Coimbra nos reinados de Afonso III e Ordoño II de Leão.

De acordo com os dados conhecidos da arqueologia de Aljustrel, S. Macias admite ter ocorrido um abandono desta área mineira entre os sécs. V e IX, período

que não possui, até hoje, qualquer registo arqueológico. A plataforma superior do morro do Castelo, que possui cerca de 3000 m², sugere que a atual Ermida de N^a Sr^a do Castelo tenha sido construída sobre o espaço religioso da época islâmica. Considerando as vertentes abruptas que circundam o morro, considera-se que o cemitério islâmico se situaria na plataforma onde hoje se encontra a Igreja Matriz (Macias 2005).

Apesar desta falta de evidências da antiguidade tardia, a nossa hipótese de trabalho é a de que não houve um vazio de povoamento na área de Aljustrel. Admitimos que na antiguidade tardia se alcançou um mínimo populacional perante a crise da mineração, que isto determinou uma mudança de estratégia no padrão de povoamento, e que ao terem aumentado durante o séc. VIII as necessidades de defesa, a população transferiu-se da zona de Algares para o Morro de Nossa Senhora do Castelo. Por isso, o lugar já devia estar ocupado quando Sa'id b. Mālik de Beja cedeu esta fortaleza a Mas'ud b. Sa'dūn as-Surunbāqī.

Deixamos de ter notícias até à conquista de Aljustrel por Paio Peres Correia, Mestre da Ordem de Santiago da Espada em Portugal, ocorrida num período de grave crise do Império Almoada, em que os núcleos urbanos e os campos se encontravam indefesos, castigados pelo derrube de árvores e queima de culturas que facilitavam o avanço da conquista cristã, permitindo linhas de fronteiras novas (López Fernández 2011). As conquistas levadas a cabo pelo Mestre Espatário irão convertê-lo no herói do avanço cristão. As suas façanhas têm início em 1228 a partir do Castelo de Palmela, sede da Ordem Militar de Santiago em Portugal desde 1217. Nomeado Comendador de Portugal, inicia em 1232 campanhas de assédio ao longo da Ribeira do Roxo que culminam em 1234 com a conquista de Aljustrel, cujos territórios são doados à Ordem em 1235 por D. Sancho II. Nesse mesmo ano toma Sesimbra, no entanto, é Aljustrel que se vai converter no centro de operações da Ordem, funcionando como ariete das conquistas que irão ter lugar para sul. É a partir daqui que se realizam as ações de castigo e pilhagem em território muçulmano, como as que ocorreram em Estômbar e Alvor, bem como a conquista de Odemira. Descendo pelo rio Terges atinge Mértola que é conquistada em 1238, atravessa o Guadiana para conquistar outras povoações como Alfayat de la Penha (Peña del Águila, Puebla de Guzmán) que caem em 1239. Sem perder tempo, Paio Peres Co-

reia dirige-se para Ayamonte em cujo cerco o Mestre esteve acompanhado pelo rei Sancho II. Em 1240 ocupa Ayamonte e Cacela, ainda que alguns investigadores considerem que Cacela não foi conquistada mas trocada por Alvor e Estômbar, conquistadas em 1238. A campanha terminou com a conquista de Tavira, embora não haja certeza da data, apenas que pertencia à Ordem em 1244, quando Paio Peres Correia era já o Comendador Geral da Ordem de Santiago, após ter sido nomeado em Mérida em 1242.

Concluída a conquista do Algarve no reinado de Afonso III, o Castelo de Aljustrel perdeu todo o seu valor estratégico e militar. Aljustrel converteu-se então numa Comenda Menor da Ordem, dependente da Comenda Maior que, em 1245, se estabeleceu em Mértola (Sousa Cunha 1991). A documentação da Ordem de Santiago descreve que no início do séc. XVI o Castelo se encontrava derrubado e sem portas. O que ainda existia terá colapsado com o terramoto de 1522, já que a visitação de 1525 refere que a Ermida se encontrava arruinada (Livro de Visitação às Igrejas da Ordem de Santiago, A.N.T.T., Conventos Diversos – Ordem de Santiago, 1525, liv. 175, fs. 11).

A INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA NO CASTELO DE ALJUSTREL.

Desde 2006 o Projeto Vipasca, centrado na investigação da história da mineração em Aljustrel, também tem dedicado a sua atenção ao povoamento do Morro de Nossa Senhora do Castelo.

Trata-se de um sítio já intervencionado na década de 90 pela Unidade Arqueológica de Aljustrel. A cronologia do sítio apresentava uma primeira ocupação da Idade do Cobre, que se estendia para além da fortaleza medieval e uma ocupação posterior, islâmica, em que alguns dos ambientes arquitetónicos foram reocupados por uma Comenda Menor da Ordem de Santiago (Estorninho, Martins, Ramos, e Muralha 1994). Nestas primeiras campanhas foram abertas duas sondagens, divididas por uma quadrícula de 2x2 metros. Os materiais recolhidos confirmaram a cronologia atrás referida, tendo as unidades construtivas islâmicas alterado os níveis Campaniformes. Dos materiais islâmicos salientamos, caçarolas com prumos verticais, tigela com carena acentuada, candis e jarros com decoração estampilha-

da, associados a estruturas habitacionais com fundações em alvenaria de pedra e paredes de taipa e uma muralha de taipa muito destruída.

Na sondagem 1 detetou-se um troço de muralha em alvenaria (fig. 2), muito afetada pelos trabalhos de mineração de manganês levados a cabo no cerro durante a segunda metade do séc. XIX. Os cerros do Castelo e de Mangancha formam uma crista de afloramentos manganíferos onde foram explorados óxidos e carbonatos. Os óxidos de manganês tiveram grande procura desde meados do séc. XIX por parte da indústria têxtil e os carbonatos de manganês começaram a ser utilizados na indústria do aço desde 1895. Esta exploração mineira continuou intermitente até á década de sessenta do séc. XX. Embora o Castelo de Aljustrel tenha sido construído sobre afloramentos de silicatos de manganês, a exploração de óxidos e carbonatos teve fraca rentabilidade e as cortas de extração apenas afetaram o sítio na periferia. Uma muralha de alvenaria situava-se na ponta oeste da fortaleza islâmica, sobre um ângulo da muralha de taipa, acrescentando camadas de alvenaria aos lanços de muralha existentes de maneira a ficarem mais elevados. Adossados a esta muralha foram referenciados compartimentos de habitação e um forno de pão. Uma parte importante destas obras de reforma, aqui levadas a cabo pela Ordem de Santiago e que anulam as estruturas islâmicas subjacentes, foram destruídas pela construção em 1802, na parte mais alta de cerro, de um marco geodésico.

Na Sondagem 2 escavou-se parte de duas ruas que se cruzavam em ângulo reto e que possuíam edifícios em ambos os lados (fig. 3). Entre estes destaca-se um com planta retangular e com porta de entrada a dar para a rua, com umbral e soleira em lajes. Uma destas ruas, que se dirige perpendicularmente à muralha, tem um traçado curvo e está coberta com lajes de tamanho médio, possuindo na zona central um canal de esgoto cujo traçado é visível através das grandes lajes que o cobrem, maiores que as utilizadas no pavimento e imbrincadas umas nas outras e rematadas com pequenas pedras que servem também para colmatar os espaços livres entre elas. Este esgoto possui um ligeiro desnível, que acompanha a cota da rua e facilita a drenagem das águas pluviais para o exterior da muralha, onde são descarregadas através de um canal aberto na sua base. A outra rua segue paralela ao afloramento de jaspe, que serve como parede traseira dos compartimentos aí existentes, sendo corrigida com pequenos muros de alvenaria construídos nas

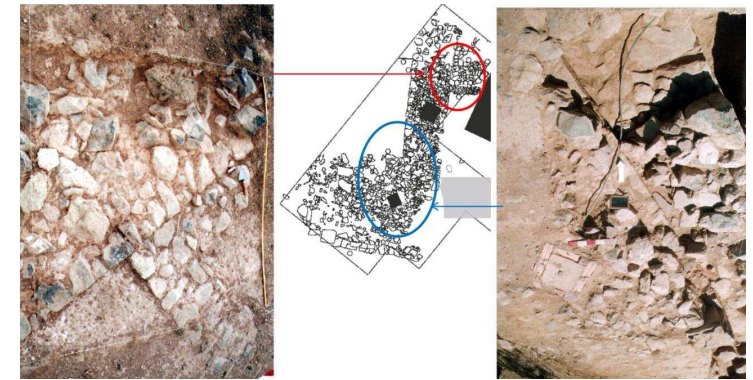


Fig. 2 – Sondagem 1 do Castelo de Aljustrel



Fig. 3 – Sondagem 2 do Castelo de Aljustrel

falhas das rochas. Estes compartimentos são unidades habitacionais apenas com uma divisão, mas construídas com um aparelho cuidado, em espinhado e com umbrais bem definidos. Estes compartimentos encontravam-se cobertos por uma camada proveniente do derrube das paredes de taipa e sobre ela detetaram-se lixeiras onde predominavam as cerâmicas baixo-medievais cristãs.

Quando o Projeto Vipasca iniciou as suas intervenções no Castelo de Aljustrel no ano de 2007, a metodologia utilizada centrou-se na ampliação das duas sondagens, de forma a obter uma área ampla que nos permitisse novas leituras do sítio (fig. 3). Seria então possível identificar locais para escavar mais em profundidade para tentar detetar níveis pré-almóadas sem ter que desmontar nenhuma estrutura islâmica, havendo também a possibilidade de localizar estratos calcolíticos que não tivessem sido afetados pelo urbanismo medieval. Concluindo, com o aumento da área escavada, aumentam também as hipóteses de compreensão do urbanismo islâmico e as tipologias de arquitetura doméstica.

Na primeira intervenção quadriculámos o espaço abrangido pela Sondagem 2, a mais afastada do marco geodésico, e no decurso destes anos fomos escavando espaços intermédios, eliminando testemunhos e secções interiores. A nossa metodologia tem por princípio não remover nenhuma unidade construtiva antes de se elaborar um projeto de consolidação e recuperação que permita uma melhor compreensão da história do sítio. Só quando toda a área entre sondagens estiver escavada e nos locais onde haja possibilidade para isso, é que procederemos a nova escavação em profundidade sem que as estruturas existentes sejam afetadas.

Dedicámos também uma especial atenção à muralha, embora carecêssemos de alguns pormenores sobre o seu traçado, dimensões e técnicas de construção. Procedemos à limpeza das suas faces retirando, na face exterior, todo o lixo contemporâneo formado por coluviões de despejos com 1,5 m de profundidade e que continham garrafas de plástico e de vidro, latas de cerveja e de conservas, roupas e outros elementos de maior interesse escatológico. Com a remoção destes escombros recentes que a cobriam até à base não foi necessário escavar para estudarmos a sua técnica construtiva.



Fig. 5– Ampliações do projeto Vipsca na sondagem 2.

Apesar de referido nas fontes árabes, não detetámos nenhuma unidade estratigráfica ou material descontextualizado que seja anterior ao séc. XII, salvo alguns contextos cerâmicos islâmicos da Casa do Procurador, impossíveis de relacionar por agora com níveis habitacionais. Em todas as campanhas de escavação levadas a cabo no Castelo de Aljustrel os materiais apontam nitidamente para uma ocupação almóada, da segunda metade do séc. XII e princípios do séc. XIII, contudo pelas citações das fontes árabes não descartamos que sob as unidades construtivas almóadas possamos vir a identificar unidades anteriores, assim que aprofundemos a estratigrafia vertical. Neste momento parece-nos necessário chamar a atenção para o facto de ser bastante significativo o aparecimento de materiais da Idade do Cobre nestas unidades almóadas sem que tenhamos recolhido uma única forma cerâmica dos momentos omeidas até taifas, uma vez que ao posicionarem-se sobre os materiais da Idade do Cobre, deveriam aflorar por ação dos mesmos fenómenos pós-deposicionais. Independentemente da explicação que possa existir, que não conseguimos vislumbrar com os dados que possuímos neste momento, as primeiras estruturas visíveis na escavação correspondem à época almóada. É provável, como sucede em muitos outros sítios andalusíes do sul peninsular, que as obras de reforma almóadas tenham feito desaparecer as unidades emiral/califal/taifas, ao ponto de apagar os seus vestígios estratigráficos convertendo-as em interfaces.

Nesta ocupação almóada podemos diferenciar, de um ponto de vista estratigráfico e arquitetónico duas fases (fig. 6), uma inicial e outra de reforma, que incluiu a destruição de algumas habitações adossadas à muralha de que falaremos mais adiante.

À primeira fase construtiva almóada correspondem os níveis mais profundos da estratigrafia, os muros U.E. 55, 8, 41, 49, 50 e 55 que se sobrepõem a uma unidade formada por grandes lajes (U.E. 47 e 54), dispostas horizontalmente de forma a ser considerado um pavimento.

As unidades construtivas UE. 47 e 54 caracterizam-se pela acumulação de grandes lajes de pedra vulcânica com formas paralelepípedicas, que aparecem em posição horizontal, resultado de uma eventual colocação intencional, ainda que o contacto entre elas nunca seja de maneira a formar uma linha rasante própria

de pavimentos. Por isso, a não ser que a alteração nos contactos entre elas resulte de um movimento sísmico, também não parece corresponder a uma disposição ordenada para obter uma superfície plana. Se tivesse sido uma consequência do terramoto de Lisboa, que afetou inúmeros edifícios nesta localidade incluindo a Ermida de N^a Sr^a do Castelo, não teria ocorrido apenas a deslocação destas lajes, como também algumas alvenarias das estruturas de habitação islâmicas e os muros ainda existentes não apresentariam uma orientação totalmente linear, nem as fiadas de pedras que os constituem estariam certas umas com as outras. Pela sua posição pensamos que possam ser os restos de edificações anteriores que terão sido embutidos intencionalmente desta maneira para obter uma maior solidez, em vez de uma colocação desordenada que podia provocar escorrências, que afetariam a coesão de todas as estruturas. Terá resultado da tentativa de corrigir o declive acentuado desta vertente do cerro, colmatando o espaço para o interior da muralha de maneira a poder assentar novas estruturas. Com esta colmatção criava-se também uma plataforma que ampliava a área urbanizável, necessitando apenas de uma pendente suave para que as águas pluviais pudessem ser expelidas de forma a evitar acumulações que afetariam a estabilidade das estruturas. Os materiais recolhidos nas falhas entre as pedras são de cronologia almóada, uma prova de que esta obra de urbanização do povoado do Castelo de Aljustrel teve lugar a partir do séc. XII (fig. 7).

Desde a cota a que se encontram estas unidades até à base exterior da muralha existe um registo sedimentar suficientemente amplo que permite a eventual existência de estruturas de época anterior, incluindo alguma unidade sedimentar que se aproxime do período califal, em que este sítio é mencionado. No entanto, não foi recolhido um único fragmento cerâmico, de mesa, de cozinha ou de armazenamento que se enquadre nesse período que se situa entre a época Omeida e os séculos dos impérios norte-africanos. Isto não contradiz, obviamente, as fontes documentais pois no registo arqueológico o argumento *ex silentio* não é válido como conclusão, embora possa dar-nos indicações sobre o alcance da reorganização do povoado em época almóada.

A partir destas unidades 47 e 54, que carecem ainda de uma interpretação cronológica e funcional, o resto das unidades habitacionais que se sobrepõem estão

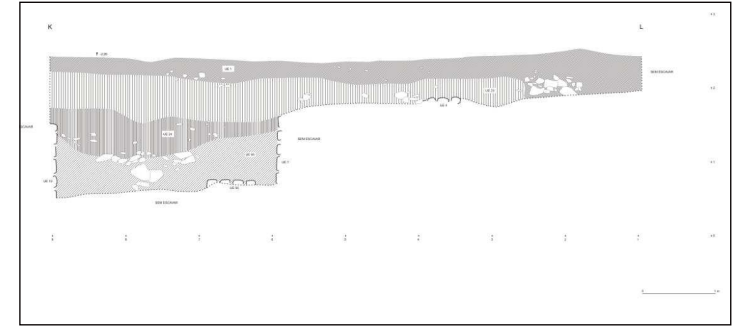


Fig. 6 – Seção K-L com a sobreposição das duas fases construtivas almóadas.

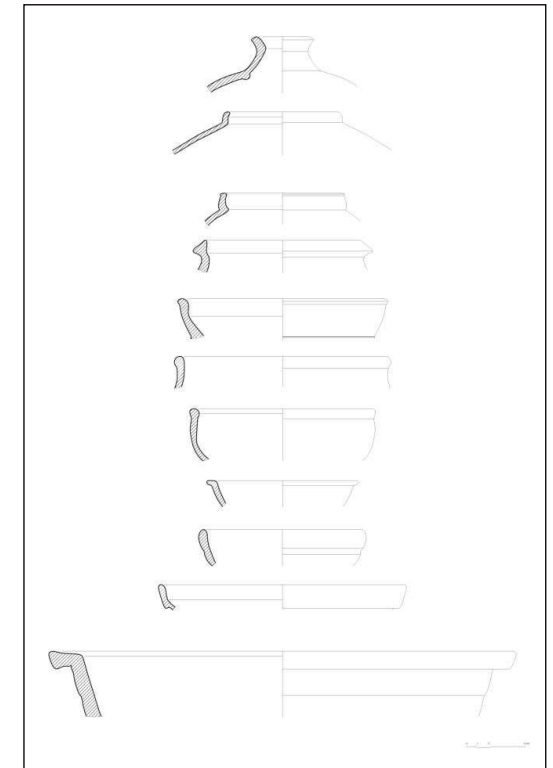


Fig. 7 – Cerâmicas da UE 43

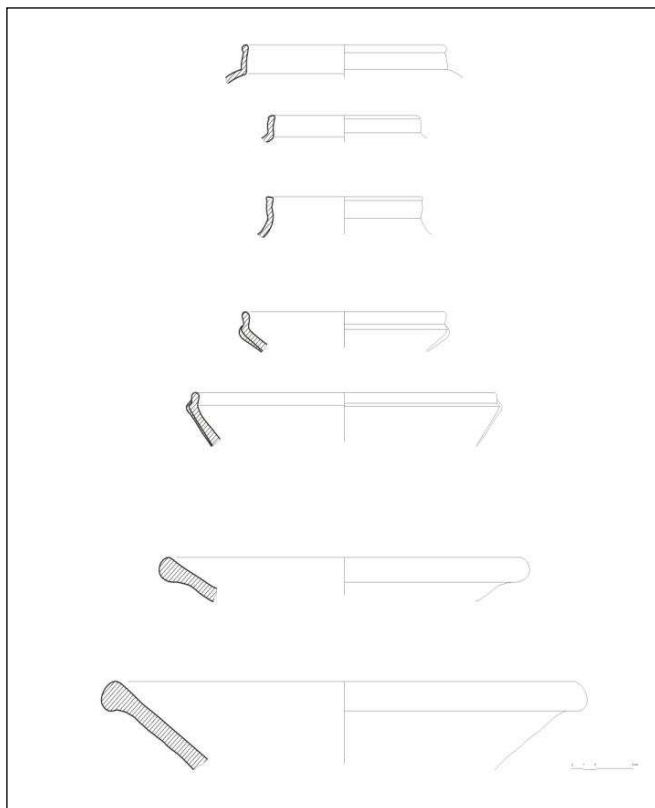


Fig. 8 – Cerâmicas da UE 48

associadas a registos cerâmicos de época almóada, período em que teve lugar um amplo programa urbanístico na povoação. Lamentavelmente, apesar da área escavada, não foi possível obter a planta de uma casa completa, pelo que, será necessário ampliar a área de intervenção arqueológica para definir a planta de alguns espaços. Contudo, do ponto de vista das características arquitetónicas e do urbanismo, a tónica é comum para o conjunto do povoado.

Assiste-se neste período de ocupação almóada a uma fase de urbanização que integra a maior parte das estruturas postas a descoberto nas diversas intervenções arqueológicas. Situadas na Sondagem 2, onde centrámos as nossas intervenções, possuem um alinhamento que se projeta para lá das áreas intervencionadas, dando ideia de um pequeno povoado muito concentrado, perfeitamente organizado. Devemos ter em conta a topografia do terreno, cujos declives abruptos obrigam à planificação das estruturas, obrigando à construção de edifícios adaptando-os às diferentes cotas do terreno e comunicando entre si através de ruas em forma de rampa. A característica que mais se destaca neste urbanismo é, sem dúvida, a sua adaptação perfeita aos espaços que se encontram livres entre o afloramento de jaspes, situados na cota mais alta e os declives, particularmente na área Este onde o perfil é mais acentuado.

As escavações da Sondagem 1, situada na parte mais alta do cerro, sobre o próprio afloramento, forneceram alinhamentos de muros que podem corresponder a um primeiro terraço estreito que se prolongaria entre a linha de muralha da área Oeste e a crista de jaspes com manganês associado. Até agora não identificámos nenhuma unidade habitacional islâmica, porque terão sido arrasadas pelas reformas levadas a cabo pela Ordem de Santiago após a fase de conquista, consolidação e cedência dos territórios pelo rei D. Sancho II.

A partir deste momento a muralha de taipa (U.E.22) torna-se um elemento articulador de todo o espaço. A sucessão estratigráfica aponta para um intenso aproveitamento dos espaços disponíveis, sem espaços vazios nos locais em que era impossível construir uma casa devido à presença do afloramento rochoso. Nesses locais encontramos espaços com um único compartimento.

A disposição dos edifícios em torno da rua com esgoto central existe desde a primeira fase, rua que parece cruzar-se com outra perpendicularmente, estando ain-

da por escavar um dos braços do T. Os materiais provenientes das unidades sedimentares associadas a estes muros são claramente almóadas (fig. 8), com paralelos evidentes em Mértola e outras cidades do sudoeste peninsular (Gómez Martínez 2004), entre elas as caçarolas de carena alta e prumos verticais na face externa e os potes de corpo ovoide e colo curto cilíndrico com bordo definido. Estas estruturas adossam à linha de muralha de taipa (U.E. 22) não ficando nenhum espaço livre entre elas.

Apoiadas na muralha cruzam-se as unidades construtivas U.E. 41 e 55, que delimitam, pelo menos, dois compartimentos diferenciados, os espaços X e IX que comunicam por um vão na U.E. 41. A U.E. 55 prolonga-se para lá destas habitações, formando com a U.E. 8 um novo compartimento XI, embora a área escavada seja ainda reduzida para definir as relações espaciais entre os três compartimentos. Podem ser espaços que não se articulam em redor de um pátio, como é característico na arquitetura doméstica andalusí. Se são espaços habitacionais temos que considerar que junto ao passeio de ronda o tipo arquitetónico afasta-se do modelo tradicional aproximando-se mais da casa tipo bloco. Uma solução intermédia pode passar por considerar o espaço X como sendo um pátio que estaria rodeado pelos compartimentos IX e XI. Este modelo teria um pátio rodeado por compartimentos em três dos quatro lados e solucionava o aproveitamento da linha interior da muralha. No que respeita a casas adossadas à muralha veja-se o exemplo da Casa A da alcáçova em Silves que dispõe de um pequeno pátio com pórtico entre a muralha e o salão com o quarto (Varela e Varela 2003).

Outro elemento que determina a forma da arquitetura doméstica é o traçado retilíneo de uma rua que, a partir do afloramento de manganês vem terminar junto da muralha, o espaço II. A sua forma retilínea obriga os restantes espaços a adotar forma de tendência trapezoidal, mais irregulares, como acontece com os compartimentos IX e XI, com espaços desaproveitados e que apenas encontramos nesta área junto da muralha e em mais nenhuma da sondagem 2.

A rua II foi projetada antes da construção das habitações, tendo-se estas adaptado ao espaço disponível. Este tipo de planificação urbanística obriga a um tipo de construção mais irregular para aproveitamento completo dos espaços. Para além disso a rua serve como dreno das águas pluviais para o exterior da muralha, di-

reção para aponta a U.E. 13, o canal de esgoto definido pelas grandes lajes plano-convexas que compõem a sua cobertura. O canal está perfeitamente isolado por outras pedras mais pequenas que tapam os interstícios entre as lajes, principalmente entre as lajes e as paredes laterais que formam o canal. O canal tem uma construção cuidada, com lajes laterais colocadas na vertical.

A rua foi projetada transversalmente ao eixo maior do morro não apenas para funcionar como via de comunicação entre as diferentes habitações, mas também para criar um perfil inclinado, aproveitando a pendente do morro, para efetuar as descargas de esgoto e pluviais. A malha urbana e a sua estabilidade, estão dependentes da eficiência do sistema de drenagem, daí a rua e o canal de esgoto funcionarem em conjunto.

O facto de não termos levantado as lajes de cobertura do esgoto, não permite saber se existem ligações deste canal às habitações para descarga de águas sujas mas, na área escavada, não aparece nenhuma fossa séptica, por isso consideramos que ele esteja relacionado unicamente com descarga de águas pluviais, evitando acumulações de águas na rua e que poderiam minar as fundações das habitações, causando o seu derrube.

Vários espaços acompanham o traçado da rua. Junto à muralha encontramos o espaço IV com um acesso amplo a partir da rua e delimitado pelas U.E 18 e 19. Pode tratar-se de mais um espaço doméstico com outras divisões que se localizam entre este e a linha de muralha, mera hipótese uma vez que esta área ainda não foi escavada. A sua independência em relação aos outros espaços é nítida, já que o vão estabelece uma relação direta com a rua. É difícil definir a sua planta mas, parece possuir um traçado mais regular, com ângulos mais retos que os edifícios que formam as divisões IX, X e XI do outro lado da rua.

O espaço I está adossado a uma parede da sala IV, o de maiores dimensões até agora encontrado embora não esteja completamente escavado. A U.E. 6 onde se situa o vão de entrada e parte das paredes laterais as U.E. 7 e 5. Com três dos seus lados escavados, podemos afirmar que possui uma planta quadrangular com ângulos retos tornando-o um edifício singular que se completa através das suas dimensões.

Em relação á parte escavada apenas podemos referir que desde o vão de entrada da rua, acedemos a um espaço que, provavelmente, estaria compartimentado por paredes de tabique. Destaca-se aí a U.E. 3, um pequeno muro paralelo à U.E. 7, não existindo entre elas qualquer espaço funcional. Este tipo de muros paralelos são frequentes em espaços de latrinas, para obter intimidade, e em cozinhas, formando bancadas onde se colocavam os fornos para cozinhar, como está documentado na casa IB de Saltés (Bazzana y Bedia 1993).

Embora sem termos terminado a sua escavação, consideramos que se trata de um espaço de cozinha, no entanto, neste momento, é impossível determinar a sua relação com os restantes espaços do edifício. Não é uma localização anómala para uma cozinha, também em Mértola encontramos casas com cozinhas junto à entrada (Macias e Torres 1995). Este duplo muro, que poderá corresponder a uma cozinha, não se encontra delimitado por tabique nem possui outras divisões, como um armário. Estaria delimitado inicialmente pelas UEs 49 e 50 e com a alteração posterior, pelas UEs 7 e 3 que levaram à redução do espaço.

Em Mértola, por vezes, as cozinhas apresentam áreas de combustão e sem os poiais para colocar vasilhas. Poderia ser o caso deste compartimento XI, em cuja escavação se recolheram sobre as lajes que formam a UE 47 uma grande quantidade de ossos de aves e restos de cinzas.

Outra estrutura não escavada totalmente é o espaço III, que define o contacto com o afloramento de manganês. Para ter algum aproveitamento, a parte posterior do compartimento confina com o afloramento e com alguns troços de muro de alvenaria que servem para regularizar os planos horizontal e vertical.

A esta primeira fase de urbanismo almóada sucede uma segunda fase (fig. 9), com reforma das habitações próximas da muralha, tendo sido condenadas algumas delas em benefício de uma maior eficácia das condições de defesa. O privilegiar das condições de defesa em detrimento do espaço habitável deve pressupor a existência de preparativos para resistir à capacidade poliorcética da conquista cristã, em data relativamente próxima das incursões dos espatários na região.

Neste setor são arrasadas a maior parte dessas estruturas quase até ao nível das fundações e num dos lados da rua não voltam a ser construídas novas estruturas,

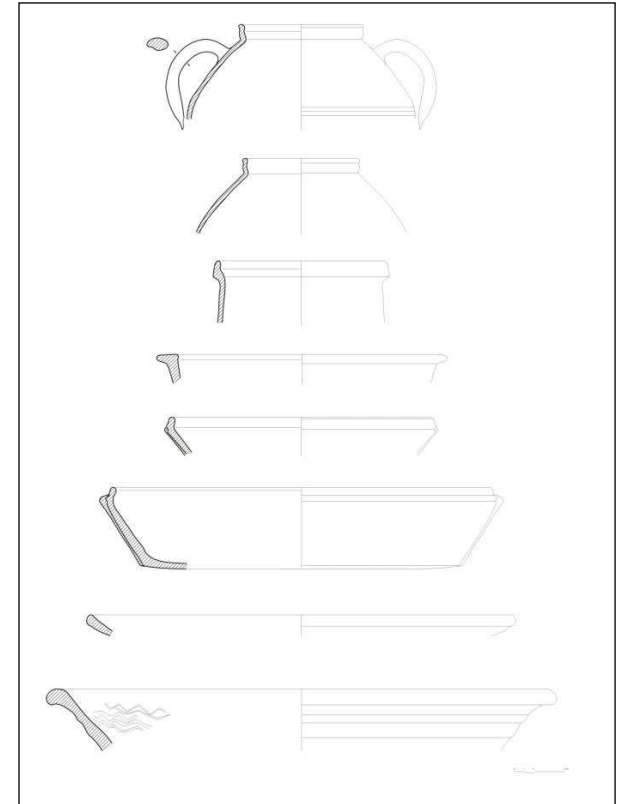


Fig. 9 – Cerâmicas da UE 53

permitindo a existência de um espaço vazio entre a rua (EU.13) e a linha de muralha (EU.22)

É possível verificar num dos perfis estratigráficos da Sondagem II que sobre essas estruturas derrubadas se formou um potente estrato que se estende desde a parte superior da muralha até à cota de base da rua, formando uma rampa em terra que permitia aceder ao adarve da muralha a partir da rua. Para impedir que a desagregação da rampa obstruísse a rua e o canal de esgoto, foi construído com grandes pedras um muro muito tosco (UE 9) que funcionava como barreira, não atingindo por isso a altura dos outros muros, tendo apenas a altura necessária para evitar que os materiais que formavam a rampa se espalhassem pela rua II entupindo o esgoto e impossibilitando o acesso à muralha. Esta estrutura mal aparelhada foi escavada pela UAAI e ao longo dos anos em que esteve a descoberto, foi sendo derrubado pelos agentes atmosféricos e pelos visitantes, pelo que já não conserva a sua cota original. No entanto, desenvolve-se quase paralelo ao muro da casa anterior (UE 55) que ficou praticamente ao nível das suas fundações.

A reforma ficou completa com a construção de dois novos muros paralelos, perpendiculares à muralha, as U.E. 20 e 21, que apoiam sobre os derrubados dos compartimentos da casa anterior. Estes muros são mal aparelhados e construídos rapidamente, sem disposição horizontal das fiadas de pedra. Sobre uma primeira fiada com pedras ligeiramente inclinadas, em espinha, são colocadas pedras e enchimentos para servir de base nas faces externas. A sua largura é superior à dos muros mais estreitos das casas, para resistirem melhor, mas o seu alçado mal concebido denota uma obra com uma capacidade portante muito fraca. Não podemos relacionar a sua funcionalidade com nenhuma unidade habitacional, uma vez que formam um pequeno espaço aberto. Consideramos que estamos perante muros sobre os quais seria colocada uma estrutura de tábuas para criar um adarve que permitisse uma comunicação rápida e cómoda ao longo de toda a muralha. O acesso à muralha seria feito a partir da rua, subindo uma pequena rampa compactada com pedras e com um degrau formado pela U.E. 9.

Se a nossa interpretação estiver correta, a muralha não terá sido projetada com adarve e merlões. O seu estado de destruição impede-nos de definir a forma como estava rematada, mas se foi necessário construir uma pequena rampa de

terra para assentar uma plataforma de tábuas que facilitasse a comunicação, é porque a muralha carecia de um acesso adequado, ou foi preciso aumentar os acessos ao passeio de ronda através de passadeiras de madeira sobre muros toscos. De qualquer modo, não encontramos outra explicação plausível para estas unidades construtivas situadas sob os escombros de uma casa que adossava à muralha, uma vez que o resto do casario não sofre alterações, salvo pequenos ajustes. Ou seja, não se verificou uma reestruturação geral do povoado mas apenas uma destruição intencional de uma casa que se situava junto à muralha.

Outra unidade que aponta para esta reforma é a U.E. 50 que forma um ângulo com a U.E. 7 na habitação I. Trata-se de uma unidade construtiva que aparece ao nível das fundações, arrasada e posteriormente substituída pela U.E. 7. É o testemunho de uma fase anterior pois imbrica com a U.E. 49 que, por sua vez, é o embasamento da U.E. 6, ou seja, é um muro anterior sobre o qual se levantou posteriormente a U.E. 6, da qual se diferencia por possuir uma técnica construtiva diferente. Temos por isso que considerar que este espaço I teve uma fase anterior, modificada no decurso das reformas ocorridas na rua e da construção da rampa de acesso ao adarve da muralha mas que, apesar de tudo, não modificaria substancialmente a sua forma.

Uma terceira fase construtiva ocorre já no período cristão, quando a função militar do Castelo já não existia. A este período associámos algumas estruturas de alvenaria da Sondagem 1, que interpretamos como sendo os restos de um pequeno alcácer com torre, a que correspondem as U.E. 25, 26 e 29. Interpretámos a muralha de alvenaria desta sondagem como sendo os restos de uma Torre Maior, da qual se conserva uma esquina aparelhada, que aponta para uma planta próxima da Torre de Menagem do Castelo de Messejana, apresentando uma relação formal tão semelhante que, provavelmente, resultam ambas de um mesmo programa de edificações militares da Ordem de Santiago. Assim, esta Torre Maior é representativa dos trabalhos realizados após a conquista de Aljustrel, formando um pequeno alcácer a que se associam alguns compartimentos e um forno de pão escavados nas primeiras campanhas da Unidade Arqueológica de Aljustrel.

Relativamente à ocupação do castelo estamos num período em que a população já o tinha abandonado, passando a habitar na parte superior das vertentes do mo-

ro dando início à expansão da vila de Aljustrel. O castelo terá permanecido como residência da guarnição militar e da administração da Comenda Menor, representada por um freire e um companheiro, em que a torre funciona como símbolo do domínio jurisdicional da Ordem de Santiago. Assim, a modificação mais significativa introduzida pela Ordem de Santiago no castelo foi a reparação do adarve da muralha almóada e a construção de uma Torre de Menagem. O resto do castelo, ruas e casario não apresentam sinais de uso no período baixo-medieval, funcionando como locais de acumulação de lixo doméstico, abundante em todos os estratos superficiais.

Todavia, não possuímos dados suficientes que nos permitam traçar as características urbanísticas do casario que se encontrava no interior da fortaleza islâmica, embora possamos referir algumas considerações gerais. Como refere C. Mazzoli (2001), o facto das dimensões e morfologia destas urbes serem resultantes de uma adaptação à topografia é uma característica comum das cidades andaluzas. A julgar pelo enorme território atribuído a Aljustrel quando da sua conquista, até à proximidade de Mértola, seria de esperar uma povoação de maiores dimensões e com uma estrutura arquitetónica mais evoluída, com uma permanente adaptação a novos recursos de fortificação que permitissem uma maior resistência ao avanço cristão, como barbacãs ou torres albarrãs, existentes em outras fortalezas do sudoeste andaluz. Deste ponto de vista, o sistema defensivo de Aljustrel era arcaico, mais apoiado nas condições naturais do que nas novidades militares da época.

Um outro olhar sobre o Aljustrel islâmico, pode apontar para a sua existência como núcleo palatino, uma verdadeira alcáçova, onde residia o poder político deste território, perspectiva que se adequa melhor à sua pequena dimensão e ao relato que dela fazem as fontes documentais da transição entre os períodos emiral e califal, uma povoação que foi residência de uma importante família muladí e da sua clientela. No entanto, nos séculos XII e XIII esta situação já deveria ter sido ultrapassada e o seu tamanho não corresponde à descrição no relato da conquista cristã, que a equipara a cidades mais desenvolvidas, casos de Alcácer do Sal ou Mértola, possuindo uma importância geoestratégica por se situar na via de ligação da foz do Tejo ao porto de Mértola.

Aljustrel islâmico é uma pequena fortaleza formada por um conjunto de casas, com muros comuns entre elas e ruas que delimitam quarteirões, um esquema bem conhecido de outras cidades andalusíes, de maior ou menor dimensão, como se verifica nos exemplos próximos de Mértola ou Saltés.

A sua tipologia corresponde à diversidade de cidades andaluzas em cuja configuração entram fatores económicos, sociais e étnicos. Segundo C. Mazzoli (2001), a maioria das cidades andalusíes encontram-se nesta categoria de pequenas cidades, com menos de 20 hectares, e pelo facto de muitas delas estarem ausentes das fontes documentais são classificadas respetivamente como Castelo (*hisn*) ou cidade (*madīna*). São cidades deste tipo que se irão converter em cabeças dos distritos (*aqālim*) em que se dividem as Coras, ou então desempenham um papel eminentemente militar, como centros administrativos de um território organizado em distritos castrenses.

É esta dualidade que explica a opção pela sua conquista, uma vez que existiam nos Campos de Ourique outros locais com maior poder económico. Temos por isso que entender o Aljustrel islâmico como uma pequena madina fortificada, no cruzamento dos caminhos entre o Sado e o Guadiana e entre a costa atlântica e Beja a capital da *Kūra*. O que justifica que uma pequena urbe como Aljustrel, com um urbanismo que a aproxima dos modelos de cidade acrópole, possa controlar um vasto território numa região ocupada por pequenas cidades fortificadas como Moura, Serpa ou Marachique (Ourique) e por urbes de maior dimensão, de que podemos destacar Beja, Mértola, Alcácer do Sal e Évora (Vallvé Bermejo 1986: 316-317).

O cerro do Castelo apresentava um problema topográfico que complicava ainda mais a planificação urbana e os sistemas de descarga do saneamento. O seu topo está coberto por um afloramento muito duro de jaspes que na parte ocidental quase adossa à muralha e arrasando-o e construindo sobre ele as casas, dispunha-se apenas de uma faixa com cerca de seis metros de largura. Podia-se construir nesse espaço, mas no início do declive oriental, o afloramento forma um degrau que nalguns locais chega a atingir os 2,5 metros de desnível. Por isso, a parte posterior das construções adossam às pedras, por vezes reforçando o afloramento com troços de muro que preenchem os locais onde o afloramento não tem conti-

nuidade. Dada a inclinação desta plataforma, a partir destes primeiros compartimentos foi necessário colmatar de forma a obter uma superfície horizontal sobre a qual se construíram os muros e os pavimentos.

Algo de que não podemos falar é sobre o abastecimento de água, uma vez que até agora ainda não detetámos nenhuma infraestrutura hidráulica de captação ou armazenamento de água. Se as águas pluviais são descarregadas através da muralha, é óbvio que estamos perante águas residuais que são descartáveis, o que indicia que a necessidade de aprovisionamento de água não era uma prioridade. Não há vestígios de cisternas públicas, ainda que numa visitaçao do séc. XVI da Ordem de Santiago, seja feita referência à existência de uma cisterna que devia ser encerrada, porque as pessoas a utilizavam para atos menos próprios. Mas, o mais provável é que o abastecimento fosse feito a partir de poços existentes nas habitações ou nos arredores da povoação. Através da recolha de águas pluviais provenientes dos telhados em poços-cisterna, existentes nas habitações e em edifícios públicos (mesquita e banhos). Os poços artesianos não seriam uma solução devido à dureza da rocha de base e à profundidade do nível freático que seriam um forte impedimento à sua utilização; Noutras cidades islâmicas do sul de Portugal o abastecimento de água era feito com recurso a cisternas como, por exemplo, em Mértola em que se reaproveitou o criptopórtico romano para armazenar água, fechando as aberturas existentes (Torres e Oliveira 1987).

Em Silves a Alcáçova tem uma cisterna de quatro naves e mais duas cisternas mais pequenas (Gomes e Gomes 2003). Noutras cidades, onde o nível freático não se encontra tão fundo, obtinha-se água a partir dos poços domésticos, assim acontece em Saltés e em Niebla, onde se conhecem poços escavados no calcário (Campos, Pérez, Gómez, Beltrán, e Gómez 2001), sendo a recolha de água complementada com o *qanat* de Valdemorales (Benabat e Pérez 1999), que transportava a água para a cidade e para as noras do conjunto de hortas da zona mais próxima.

Não possuímos informação sobre a recolha de águas e evacuação de resíduos das habitações mas, de acordo com os exemplos conhecidos noutros povoados islâmicos como Saltés ou Mértola, os poços negros deveriam situar-se nas ruas (Bazzana 1995).

De um modo geral a arquitetura doméstica é pobre em recursos construtivos. Exis-

tem inúmeros exemplos de aparelhos em forma de espinha com blocos afeiçoados em forma de laje (vulcanites básicos) assentes com barro. Noutros casos, os interstícios que ficam entre as lajes de vulcanites básicos são preenchidos com pedras do local, silicatos de manganês e chertes de formas mais arredondadas.

A tónica comum da construção doméstica segue de perto exemplos próximos, presentes no bairro da alcáçova de Mértola (Macias 1996), as paredes-mestras construídas em taipa assentam sobre fundações de alvenaria, com pedras de tamanho médio e barro por vezes dispostas em espinha. Esta taipa deixou a sua marca na estratigrafia sob a forma de um estrato de cor laranja avermelhado com inúmeros nódulos diminutos de cal que entravam na sua composição. Nas paredes das casas não foram utilizadas lajes, reservados para a regularização de diversas partes dos edifícios, como umbrais ou soleiras das portas.

A muralha da fase de ocupação islâmica foi construída integralmente em taipa, com uma boa percentagem de cal e tipos de taipa com inclusão de grandes pedras sem uma disposição definida e sem formar fiadas compactas e colocadas na massa de taipa para contribuir à coesão dos seus elementos, formando uma espécie de betão. Nas faces analisadas a taipa foi muito bem alisada, estando visível na base da face exterior e na face interior, embora um pouco deteriorada pelas raízes aí existentes. O troço de muralha escavado é pequeno mas suficiente para avaliar que a técnica construtiva é uniforme e não utiliza nem fundações de alvenaria ou cantaria, nem camadas de outros materiais, como tijolos ou fiadas de alvenaria. O mais surpreendente é que não se vislumbram sinais do negativo das cofragens nem vestígios dos buracos para apoios dos andaimes ou dos taipais, nem as linhas horizontais de separação das cofragens. Estão também ausentes os vestígios do reboco de cal ou terra que terão servido para tapar essas marcas, o que indicia que a cofragem seria aberta igual à utilizada em época romana. Sem uma escavação em área é difícil classificar esta obra de taipa, uma vez que existem tipologias diferentes da taipa do tipo “betão” que têm a ver com a quantidade de cal e a presença de outros materiais aglutinantes (Gurriarán e Sáez 2002; Martín Civantos 2004). Pela sua dureza não tem relação com a taipa de terra, de fraca consistência, nem com a verdadeira taipa do tipo “betão”, com uma quantidade de cal suficiente para lhe conferir maior resistência. Temos que situar nos tipos de taipa de cal e pedra,

rica em cal e com uma compactação relativamente alta.

Sobre a cronologia das obras militares em taipa, devemos referir que o exemplo do Castelo de Guardalimar em Baños de la Encina (Jaén), datado da segunda metade do séc. X através de uma lápide de Al-Hakan II, marca o início da normalização deste tipo de aparelho nas obras de poliorcética medieval, no entanto, convém assinalar que esta lápide se refere a uma torre do castelo e não ao castelo em si e, assim sendo, colocam-se algumas dúvidas sobre a utilização deste tipo de taipa num período tão recuado (Azuar, Lozano, Llopis, y Menéndez 1996). Aparentemente o seu uso generalizou-se a partir do séc. XII nas obras de fortificação erigidas na época de domínio dos impérios norte-africanos.

Toda esta construção em taipa possui uma singularidade que a afasta dos padrões típicos das paredes de taipa almóadas, existentes em castelos e meios urbanos, e não descartamos a hipótese de que este tipo de cofragem da taipa seja mais antigo e corresponda a uma fase anterior, já que apresenta poucas semelhanças com as taipas das fortalezas almóadas mais recentes (Catarino 1992).

No entanto, os elementos mais emblemáticos das fortalezas almóadas não se encontram no Castelo de Aljustrel, caso dos frisos em cal e inclusive a composição da taipa remonta aos modelos da época das taifas. Neste momento não é possível averiguar se esses elementos alguma vez existiram devido ao estado de ruína da muralha. Sobre os acessos apenas podemos referir que deviam coincidir com os atuais. Também não foi identificada nenhuma torre, nem sequer sabemos se alguma vez as teve mas, por outro lado, não podemos descartar a hipótese de alguma vez terem existido estes elementos. Já referimos que a técnica de construção em taipa com taipais justapostos para obter uma taipa continua também se encontra em algumas construções almóadas, bem como juntas inclinadas, como nas muralhas de Marchena em Sevilha (Graciani e Tabales 2008). Apenas ficam de fora dessa unidade formada pelas taipas almóadas a utilização de taipa de alvenaria, uma vez que nessa época preferiam utilizar entulhos ou restos de cerâmica, ainda que tudo isto possa ser um problema conjuntural ou meramente uma maior disponibilidade deste tipo de materiais no local, evitando o transporte de gravilha e pedras das margens das ribeiras de Feitais ou do Roxo.

Todo o registo cerâmico apresenta uma tipologia almóada, o que demonstra a im-

portância que este período teve na história do lugar. As preocupações com a sua defesa estão bem patentes no derrube das habitações que adossavam à muralha para a deixar livre, permitindo um acesso fácil ao adarve. Contudo, todas estas questões obrigam-nos a ser prudentes ao datarmos a muralha, já que, embora existindo elementos que possam ser anteriores, a sequência estratigráfica aponta para uma importante reforma almóada que não podemos descartar. Apenas futuras intervenções de maior envergadura poderão fornecer uma resposta definitiva, ao definir os elementos imprescindíveis para a sua análise construtiva como os acessos as formas das torres e outros.

CONCLUSÕES

Apesar de não se encontrar esgotado o registo estratigráfico, podemos já apresentar algumas precisões cronológicas. As primeiras referências das fontes muçulmanas apontam para uma ocupação do Morro de Nossa Senhora do Castelo já na segunda metade do séc. IX, um povoado de altura que serviu de proteção a um dos muladies da *Cora* de Beja. Tudo indicia que a produção de cobre e a produção industrial se ficou a dever a um lento abandono da exploração mineira romana, os novos habitantes definiram outras áreas económicas, uma vez que não possuíam capacidade tecnológica para continuar uma exploração mineira cuja engenharia requeria uma planificação meticulosa de trabalhos em profundidade e que foi o sustento da povoação romana de *Vipasca*, cuja população se concentrava em torno do morro de Algares. A ter havido mineração, facto que não podemos demonstrar por agora, ela estaria circunscrita ao tratamento do minério de ferro existente nos chapéus de ferro de Algares e S. João, uma vez que os princípios siderúrgicos eram suficientemente conhecidos na Idade Média. O próprio nome do morro – Algares = Grutas – é de origem árabe e aponta para a existência de poços de exploração romana, ainda hoje existentes.

Depois de um período obscuro durante a antiguidade tardia, as populações islâmicas de Aljustrel escolheram um local diferente para implantação da povoação, o morro de Nossa Senhora do Castelo, adotando também um nome novo para a vila, *al-Baštril*, cuja etimologia nada tem que ver com mineração mas com a criação de gado (Macias 2005). Podemos assim concluir que *Vipasca* é abandonada no séc.

V, com a falência da potência que podia desenvolver a mineração industrial. Isto leva ao esquecimento do nome da povoação permitindo que ao longo dos séculos VIII e IX as comunidades ganadeiras aqui se estabeleçam e batizem a povoação com um nome diferente. As possibilidades de reaproveitamento de materiais e a abundância de minério à superfície com que se podia obter ferro, terão influído na escolha do novo povoado. O mais provável é que em torno da mina tenha permanecido algum povoamento dedicado á siderurgia ou ao processamento de resíduos metalúrgicos de época romana. Contudo, o mais provável é que os novos tempos tenham exigido uma mudança nos padrões de povoamento, com preferência por povoados de altura. As preocupações destas populações centravam-se mais nas condições de defesa que nos interesses económicos. Tendo em conta a referência a Aljustrel no conturbado período das sublevações muladies, encontramos justificação para a existência de um povoado de altura.

Sobre o aproveitamento de materiais de construção romanos possuímos indícios evidentes, os fornos de cal construídos na denominada “Casa do Procurador”, com que se obteria a cal necessária para as novas construções (Pérez, Rivera, Martins, e Bustamante 2010). O calcário não é uma componente da geologia da zona, uma vez que na Faixa Piritosa Ibérica não existem formações calcárias, as mais próximas situam-se na zona de Ossa Morena, em Beja, pelo que, os materiais romanos eram um excelente recurso que podia solucionar os problemas de abastecimento. Outras evidências apontam para a escolha de um povoamento de altura. O castelo de Messejana, pouco se conhece sobre ele para além de que o seu nome provém do árabe *masjana*, que significa masmorra ou prisão. Segundo Manuel Maia (1978) o morro terá tido um *castellum* romano como primeira ocupação, sem que existam provas diretas do facto. S. Macias (2005) refere a existência de uma necrópole romana baixo imperial, citando Abel Viana, estando a ocupação islâmica referenciada pela existência de duas moedas de Ibn Wazir (Antunes 1991) que confirmam uma fase almóada. A sua topografia coincide com a do Castelo de Aljustrel o que indicia que ambos os locais procuravam uma possibilidade de controlo visual entre eles.

Devido à inexistência de relação com o anterior povoado de época romana torna-se difícil afirmar que este novo povoado tenha surgido como continuidade de

outro anterior e que as suas alterações se devam exclusivamente a razões estratégicas. Não é apenas uma alteração de nome e de local, o que não encontramos no registo é qualquer tipo de ligação entre o povoamento de época romana e o de época medieval. Contudo, devemos acentuar que a referência a *al-Baštril* aparece precisamente no período de sublevação e confrontos dos muladies do sudoeste e, neste sentido, teremos que confirmar em relação a estas alterações estratégicas que não tenham sido consequência de uma repartição territorial entre novos colonizadores árabes, sejam os da primeira leva ou sejam os dos contingentes sírios (*šāmiyyūn*) do *ŷund* de Misr (Egito) que se fixaram no distrito de *Bāya* (Manzano 1993).

A única maneira de explicar esta aparente contradição, que nega tanto a continuidade de povoamento como o repovoamento com contingentes estrangeiros, será basear a grave crise que atingiu a atividade mineira com o desaparecimento da administração imperial romana e dos seus funcionários que levou à descapitalização do trabalho minerometalúrgico e consequente paralisação da produção de cobre. Apesar dos momentos de crise vividos no decorrer do séc. III d.C. que, em muitos casos, conduziu à *restitutio* dos povoados mineiros, a produção de cobre aumentou durante os sécs. IV e V deixando vestígios arqueológicos em todo o sudoeste ibérico. O desaparecimento da administração imperial conduziu forçosamente a uma quebra da atividade mineira, uma vez que nestas minas faltam materiais que comprovem a existência de um povoado consolidado e um bom nível de relações comerciais, nomeadamente no abastecimento de bens móveis e de consumo. É demonstrativo desse aspeto a ausência de ânforas e cerâmica de mesa do séc. VI, ainda que seja possível que a atividade mineira possa ter continuado em época visigoda, como forma de subsistência ou para produção de metais não nobres, caso do ferro. Alguns vestígios apontam para a existência, em época visigoda, de uma atividade mineira em determinados locais (Rivera e Pérez 2010). Qualquer que seja o ponto de vista adotado o resultado é o mesmo, no decurso dos sécs. VI e VII tem início o abandono de toda a área e atividade mineira, com a procura de atividades alternativas por parte destas populações, caso da criação de gado.

Assim, depois do abandono da área de Algares, consideramos possível a fundação de um novo povoado no Morro do Castelo por parte das novas populações islâmi-

cas, muito provavelmente a partir do séc. VIII.

Lamentavelmente, relativamente a estes primeiros séculos do povoamento medieval, das suas mudanças e consolidação, necessitamos de outros dados para além do reconhecimento de estarmos perante uma fortaleza que podia dar abrigo à população. As intervenções efetuadas não foram abaixo da cota de base das unidades construtivas almóadas, no entanto, estranhámos que nas fundações destas estruturas não apareçam materiais omeidas, quando aqueles que deveriam aparecer sob eles, cerâmicas manuais e artefactos líticos calcolíticos, abundam em todas as camadas desde a superficial. Este facto não invalida a existência de uma ocupação emiral-califal mas, confirma uma nova planificação do povoado com a reforma almóada. Podemos ainda colocar como hipótese a possibilidade de no período pré-almóada *al-Baştril* se situar noutra local das redondezas, aproveitando as estruturas do povoado romano de *Vipasca*, transferindo-se para o Morro onde se encontra em época almóada. Consideramos esta hipótese pouco viável, uma vez que consideramos, pela sua importância estratégica, Aljustrel como um povoado de altura desde o séc. X. No entanto, enquanto não baixarmos da cota de base dos estratos almóadas, nenhuma explicação será conclusiva.

BIBLIOGRAFIA.

Acién Almansa, M. (1994): *Entre el Feudalismo y el Islam. Umar Ibn Hafsun en los historiadores, en las fuentes y en la historia*. Jaén.

Antunes, M. (1991): "Moedas árabes de Beja invocando Ibn Qasi, nova leitura e interpretação histórica". *Nummus*, 2ª-XIV-XV: 41-48.

Azuar, R., Lozano, F.J., Llopis, T. Mª, y Menéndez, J.L. (1996): "El faso despiece de sillería en las fortificaciones de tapial de época almohade en Al-Andalus". *Estudios de Historia y Arqueología Medievales*, XI: 245-278.

Bazzana, A. (1995): "Urbanismo e hidráulica (urbana y doméstica) en la ciudad almohade de Saltés (Huelva)". *Casas y Palacios de al-Andalus, siglos XII-XIII* (J. Navarro Palazón, Ed.). Barcelona: 139-156.

Bazzanat, A. e Bedia, J. (1993): *Saltés, una ciudad islámica*. Huelva.

Benabat, Y. e Pérez, J.A. (1999): "La Ollita, una noria islámica en Niebla". *Huelva en*

su *Historia*, 7: 233-243.

Correia, F. M. R. B. (1992): "O Castelo de Aljustrel. Uma tentativa de interpretação". *Vipasca*, 1: 73-80.

Campos, J.M., Pérez, J.A., Gómez, F., Beltrán, J.M., e Gómez, A. (2001): "Arqueología Urbana en Niebla: excavación en la zona Muralla-Desembarcadero de Niebla (Huelva)". *Anuario Arqueológico de Andalucía/1996*, II: 256-262.

Catarino, H. (1992): "Fortificações do período almóada no sul de Portugal". *Actas do Seminário Arquitecturas de terra*. Museo de Conimbriga: 13-27.

Cunha, M. R. S. (1991): *A Ordem Militar de Santiago (das origens a 1327)*. Porto.

Domergue, C. (1983): *La mine antique d'Aljustrel (Portugal) et les Tables de Bronze de Vipasca*. Paris.

Estorninho, A., Martins, A., Ramos, C., e Muralha, J. (1994): "O povoamento da área de Aljustrel. Seu enquadramento na Faixa Piritosa Alentejana". *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana*. Sevilla: 27-36.

Gomes, R. V. e Gomes, M. V. (2003): *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb al-Andalus: a Alcáçova*. Lisboa.

Gómez Martínez, S. (2004): *La cerámica islámica de Mértola: producción y comercio*. Madrid.

Graciani, A. e Tabales, M.A. (2008): "El tapial en el área sevillana. Avance cronotipo-lógico estructural". *Arqueología de la Arquitectura*, 5: 135-158.

Gurriarán, P. e Sáez, A.J. (2002): "Tapial o fábricas encofradas en los recintos urbanos andalusíes". *II Congreso Internacional la Ciudad en al-Andalus y el Magreb*. Granada: 561-625.

López Fernández, M. (2011): *Pelay Perez Correa. Historia y leyenda de un Maestro santiaguista*. Badajoz.

Macías, S. (1996): *Mértola Islâmica. Estudo histórico-Arqueológico do Bairro da Alcáçova (séculos XII-XIII)*. Mértola.

(2005a): *Mértola. O último porto do Mediterrâneo*, I. Mértola.

(2005b): "Islamização no território de Beja. Reflexões para um debate". *Análise Social*, XXXIX/173: 807-826.

- Macías, S. e Torres, C. (1995): "El barrio almohade de la alcazaba de Mértola: el espacio cocina". *Casas y Palacios de al-Andalus, siglos XII-XIII* (J. Navarro Palazón, Ed.). Barcelona: 165-176.
- Maia, M. (1978): "Fortalezas romanas do Sul de Portugal". *Zepirus*, XXVIII-XXIX: 279-285.
- Manzano, E. (1993): "El asentamiento y organización de los yûnd-s sirios en el al-Andalus". *al-Qantara*, XIV: 327-360.
- Martín Civantos, J. M^a (2004): "Proposta preliminare di sistematizzazione delle tecniche costruttive d'al-Andalus nel territorio di Ilbira-Granada-(Andaluzia, Spagna)". *Archeologia dell'Architettura*, IX: 207-220.
- Mazzoli-Guintard, C. (2001): "Las ciudades islámicas: tipología y evolución en la Península Ibérica". *Cuadernos de la Alhambra*, 38: 9-48.
- Pérez, J.A., Martins, A., Bustamante, M., e Lagares, J. (2012): In *Abditas Terras. Investigações arqueológicas em Aljustrel 2006-2009*. Huelva.
- Pérez, J.A., Rivera, T., Martins, A., e Bustamante, M. (2010): "Cerâmicas islâmicas da Casa do Procurador". *Arqueología Medieval*, 11: 79-88.
- Pérez, J.A., Martins, A., e de la Osa, O.R., (2013): "Primeiras evidências de mineração do cobre em Aljustrel. Um cadinho Calcolítico proveniente do Castelo". *Vipasca*, 4 – 2ª série: 5-14.
- Picard, C. (2000): *Le Portugal musulman (VIII-XIIIe siècle). L'Occident d'al-Andalus sous la domination islamique*. Paris.
- Rivera, T. e Pérez, J.A. (2010): "Metalurgia de época visigoda en la mina Zarina (Cala, Huelva)". *Estudios de Minería Medieval en Andalucía* (J.A. Pérez y J.L. Carriazo, Eds.). Huelva: 31-38.
- Torres, C. e Oliveira, J.C. (1987): "O Criptopórtico-cisterna da Alcáçova de Mértola". *II Congreso de Arqueología Medieval Española*, II. Madrid: 617-626.
- Vallvé Bermejo, J. (1986): *La división territorial de la España musulmana*. Madrid.
- Viguera, M^a J. e F. Corriente, F. (1981): *Ibn Hayyān, Crónica del califa Abdarrahşmān III an-Nāsir entre los años 912 y 942* (al-Muqtabis V). Zaragoza.

